



*Handwritten signature*  
Fl. 4/2

## **ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA NAZARÉ**

**ATA 06/2024**

*Aos cinco dias do mês de novembro de dois mil e vinte e quatro, pelas vinte horas e quarenta e um minuto realizou-se no Auditório da Junta de Freguesia da Nazaré, a sessão extraordinária da Assembleia Municipal da Nazaré, presidida por José Alexandre Serra Sales e secretariada Anabela Delgado Zarro Balau e Carolina Maria Pires da Silva. ---*

*Além dos membros da mesa, fizeram parte da sessão os Senhores: Maria Celeste Ferreira Cardador, José Carlos Petisca Pereira, João Pedro Azevedo Pessa, Pedro Miguel Pinto Marques, Ricardo Jorge Batista dos Santos, Ricardo António Mafra Germano Esgaio, - **eleitos pelo Partido Socialista**; Tânia Gandaio da Silva, Nuno Filipe Figueiredo dos Santos, António Absalão Ova dos Santos, Maria Helena Rodrigues Vaz, Rui Pedro Marques Venâncio, Susana Dinis Gonçalo e Edmundo José Couto Barbosa - **eleitos pelo Partido Social Democrata**; Sara Louraço Vidal Correia da Silva, Samuel António Constantino Fialho, Vasco Frederico Pires de Sousa - **eleitos pela Coligação Democrática Unitária**; Cheila Dolores Mendonça de Aguiar - **eleita pelo Bloco de Esquerda**; José Rei Filipe Ramalho, João António Portugal Formiga, respetivamente, Presidentes das Juntas de Freguesia de Famalicão, e da Nazaré, e o Senhor Samuel Azinheira de Oliveira, Presidente da Junta de Freguesia de Valado dos Frades. -----*

***Solicitaram a substituição os Membros:** Valter Soares (PS); Cândida Coelho (PSD); Daniel Meco (PS); Telma Ferreira (BE); Margarida Silva (PS); Teresa Ferreira (PS) --*

*Esteve presente o **executivo camarário**, composto pelos Senhores, Orlando Rodrigues, Regina Piedade, Maria de Fátima Duarte, Paulo Jorge Reis e António Manuel Caria dos Santos. -----*

*O Senhor Presidente Manuel Sequeira não esteve presente, sendo substituído pelo senhor vice-Presidente, Orlando Rodrigues. O Senhor Vereador João Paulo Delgado, não esteve presente, sendo substituído pelo Senhor Vereador António Caria dos Santos. Ambos, justificaram a ausência. -----*

*O Senhor Vereador Orlando Rodrigues compareceu à sessão da Assembleia Municipal Extraordinária, tinha decorrido um minuto e vinte e oito segundos do início dos trabalhos. O Senhor Vereador Salvador Formiga, compareceu à sessão da Assembleia Municipal Extraordinária, tinham decorridos dezoito minutos e trinta e três segundos do início dos trabalhos. A Senhora Vereadora Regina Piedade, enviou um e-mail para os Serviços, às dezanove horas e cinquenta e cinco minutos, a informar que por motivos de*

última hora, não poderia participar na Assembleia Municipal extraordinária, do dia 5 de novembro de 2024. -----

Abertos os trabalhos, foram tratados os seguintes assuntos:

## **1. LEITURA DO EXPEDIENTE**

Tomado conhecimento. -----

### **PERÍODO DE INTERVENÇÃO E ESCLARECIMENTO AO PÚBLICO**

- Não houve intervenção do público. -----

## **ORDEM DO DIA**

1. EMPREITADA DE: “FUNICULAR DA NAZARÉ (PEDERNEIRA) – ALTERAÇÃO ORÇAMENTAL MODIFICATIVA (Apreciação e votação)

- Usou da palavra a Senhora Deputada Sara Vidal: -----

“Em primeiro lugar, dizer que não temos nada a opor ao que aqui é pedido, tendo em conta a informação perfeitamente esclarecedora elaborada pelos serviços da autarquia e o decorrer do próprio procedimento que, tal como temos defendido, precisa de cumprir prazos que cada vez vão encolhendo mais. Isto mesmo é que nos preocupa imenso. Lembramos que o contrato do funicular foi aprovado em reunião de câmara de 14 de novembro de 2023. Há quase um ano. Mesmo compreendendo-se o que hoje aqui é pedido, e que só prova os atrasos no desenvolver do processo, pois estamos a falar da necessidade de fazer-se uma revisão orçamental, (agora alteração modificativa), - mesmo que o nome do ponto nada disso indique -, surgem questões que não estão devidamente esclarecidas, por isso, e tal como fez o vereador da CDU na reunião de câmara onde este assunto foi tratado, questionamos também o executivo, através da mesa da AMN, sobre o efetivo cumprimento dos prazos da obra. Pretendemos que informem a CDU e a assembleia se de facto os prazos estão a ser cumpridos perante o que está aceite no CONTRATO DE FINANCIAMENTO BENEFICIÁRIO DIRETO INVESTIMENTO RP-C21-i16 “FUNICULAR DA NAZARÉ”? E se há garantia de se poder cumprir a data de finalização da obra, protocolada para 31 de março de 2026? Aguardamos as respostas, para podermos prosseguir depois a nossa intervenção. Prosseguindo então... As nossas preocupações são fundadas e são justas, pois tais atrasos, que para nós já existem, irão comprometer a finalização da obra dentro dos prazos e com isso poderá desaparecer um apoio financeiro de cerca de 10 Milhões de euros. Se para alguns isto não é motivo de preocupação, isso só demonstra a falta de responsabilidade com que exercem o cargo e o desinteresse que têm na defesa do interesse público municipal. Para a CDU, mais importante do que aquela obra será sempre o que de negativo ela pode deixar nas finanças depauperadas da nossa autarquia se não for tratada com mil cuidados. Por isso estamos a falar atempadamente do assunto dos prazos, antes que seja tarde demais. Se querem um exemplo do que ainda pode atrasar mais o procedimento e

*o conseqüente início da obra, lembramos que ainda falta o necessário visto do Tribunal de Contas para então ela poder iniciar-se. Sabemos todos, - dizemos nós -, que os documentos a enviar àquele tribunal para se pedir o respetivo visto ao procedimento em análise, ainda estão aqui hoje para análise e deliberação deste plenário. Vejam lá se não há já eventual atraso nisto tudo! Cabe ainda referir, que pode acontecer a impugnação do concurso de adjudicação da empreitada por parte das empresas concorrentes, nomeadamente da que não saiu vencedora. Também isso iremos aguardar. Podem enviar-nos a informação escrita e também a informação atualizada dos encargos já pagos e cópias da documentação onde constem os mapas preenchidos e as trocas de correspondências nesse sentido, com a entidade do Estado, Estrutura de Missão "RECUPERAR PORTUGAL", que supervisiona este projecto ao abrigo do PRR, como obriga o protocolo quanto a prestação de informações e preenchimento de mapas para envio àquela entidade. Para terminar, questionamos o executivo ou os serviços, através da mesa da AMN, sobre uma dúvida que temos relativamente aos procedimentos iniciais desta obra e que ainda não conseguimos esclarecer, nomeadamente na parte do valor eventualmente em excesso dos custos da obra que têm de ser suportados exclusivamente pela autarquia. Então: no que se refere aos custos dos projetos e estudos iniciais desta obra, que foram necessários desenvolver e que já foram pagos pela autarquia em 2022 e 2023, tendo sido já informado em resposta à CDU na reunião da câmara que o valor de tais custos pode não estar totalmente englobado no valor suportado no apoio estatal, ao abrigo do PRR, perguntamos se já há uma ideia concreta do valor que caberá à autarquia pagar no final da obra. Importa ainda escutar o que tem a Mesa da AMN a dizer relativamente à criação da Comissão de Acompanhamento das Obras Públicas Municipais, depois da proposta da CDU aqui aprovada por unanimidade. Pode a mesa fazer-nos um ponto de situação sobre o que já fez para dar início à criação desta comissão? Para já é só. Nazaré, 05 de novembro de 2024 O Grupo Municipal da CDU na Assembleia Municipal da Nazaré". -----*

*- Usou da palavra o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, para dizer que em Comissão Permanente, e depois do pedido da CDU, a Mesa deu seguimento enviando para as restantes bancadas e para o executivo, e que se aguarda que estejam reunidas as condições para esse facto. -----*

*- Usou da palavra a Senhora Deputada Tânia, que depois de cumprimentar todos, disse que, para não repetir o que a bancada da CDU disse, solicitou que o Senhor Vice-Presidente, ali em substituição do Presidente, pudesse fazer um resumo sobre os valores e da sua tramitação, ano a ano, e das tranches e quais os valores que já foram recebidos, e também pretende saber a nível do procedimento se houve muitas empresas a concorrer. Quis saber, se já poderão dizer/prever se, a obra poderá começar e estar pronta dentro dos dezoito meses? -----*

*- Usou da palavra o Senhor Vice-Presidente Orlando Rodrigues, que começou por pedir desculpa pelo facto de ter chegado atrasado, mas que teve um imprevisto. Que de facto, como a CDU referiu, foi sim, uma miragem, tantas vezes criticada, que não estava no projeto eleitoral de 2017, a questão do funicular da Pederneira, mas que foi uma ideia do Presidente Walter, que a encabeçou, e muito criticado, onde até ele próprio se incluía, porque achava que seria difícil que uma Câmara, com a condição financeira que tinham,*

conseguissem financiamento para uma obra dessa envergadura, mesmo que fosse a 75%. - Que, no entanto, com a insistência do antigo presidente, conseguiu-se financiamento a 100%, no valor de dez milhões de euros. Que o processo começou em 2018 e da parte do Município da Nazaré os projetos de execução – primeiro um ano de projeto e depois uma fase de execução. Que, o Município estava preparadíssimo para iniciar um processo de candidatura, com base no caderno de encargos já definido, tendo tido um investimento por parte do Município, sem participação nenhuma, na altura, e que pensa que não será problema – ter projetos e tentar executar, independentemente se virá financiamento ou não, e que grave seria se, não se tivesse projeto para apresentar. Que, havia projeto de execução e quando surgiu o aviso, foi aberto, e que o Município conseguiu o financiamento a 100%. Que a “janela temporal” dos prazos, será muito apertada, numa obra de grande envergadura. Que, será importantíssimo ter uma fiscalização competente, com uma multiversatilidade dentro da equipa de fiscalização, que o Município por razões várias não terá! O Município iniciou o processo, e que teve alguma cautela, nomeadamente no que diz respeito a análise feita ao caderno de encargos, e que quer acreditar, que será executado. Que, espera que não imputem responsabilidades ao Município da Nazaré pelo incumprimento dos 18 meses, em obra cujos os prazos não foram definidos pela Câmara. Que só terão duas hipóteses: ou se toma a decisão que não se irá avançar ou que iremos avançar. Que, mesmo que os fundos não se encontrarem pagos, e que se considerem os 400 mil euros gastos em projetos, questionou se será muito dinheiro numa obra de dez milhões de euros? Que, não faz a mínima ideia de quantas empresas concorreram. **Interveio a Senhora Deputada Tânia Gandaio**, que disse que tinha pedido para que fosse explicado a questão do IVA, nomeadamente sobre o valor repartido e como chegaram a esses valores? Quis saber, sobre a questão mais final do processo, no que diz respeito à Firma que ficou adjudicada. Questionou, se já tinha havido a transferência dos quatro milhões e seiscentos mil, do Governo Central? Na empreitada, estarão previstos algum tipo de arranjos na parte da Pederneira, na parte do estacionamento? Interveio o Senhor Vice-Presidente para dizer, que se estará a falar de uma obra que irá fazer a ligação da Nazaré para a Pederneira, e que já têm o Largo da Misericórdia requalificado, e que todos os outros processos não estarão incorporados no processo. -----

- **Usou da palavra a Dra. Helena Pola**, para prestar esclarecimentos: nomeadamente sobre os procedimentos que já se encontram adjudicados, relativamente ao processo do funicular da Nazaré, que desde logo as primeiras adjudicações foram – a elaboração dos projetos, quer de arquitetura quer de especialidades, e que depois houve a adjudicação da revisão do projeto e a adjudicação da equipa que se encontra a dar apoio ao júri do procedimento. Que, no momento houve a adjudicação através do relatório final, não na última reunião de Câmara, mas no antecedente, tem do sido aprovado em reunião de Câmara e será por isso que vem aqui o ponto. Que, a repartição que se encontra aqui em causa, advém da verificação da proposta do adjudicatário relativamente aos trabalhos que se propõe executar no ano de 2024 – prevê-se executar um mês de trabalhos, que não será fácil, mas possível, e que corresponde ao valor que se encontra no cronograma financeiro do adjudicatário. Que, ainda não foi assinado o contrato, porque precisa de ter o compromisso feito, e que este só será feito depois e se a alteração modificativa for aprovada. Que, em relação às propostas que receberam disse que, foram seis propostas,

em que quatro delas eram não propostas, ou seja, eram propostas, ou que excediam o valor base e que foram imediatamente excluídas, ou a dizer que não tinham condições e que entendiam que o preço não seria suficiente, ficando apenas em objeto de análise, duas propostas – a proposta da empresa RUCE, que se encontra a fazer a obra do Interface da Nazaré e a que veio a ser adjudicatária, a Oliveiras. Que, a empresa que irá construir o Funicular, será a Oliveiras, SA. Que houve a exclusão da proposta da RUCE por reclamação da Oliveiras, encontrando-se tudo no processo que veio à reunião de Câmara. Que, se tem uma proposta adjudicada, que implica que tendo em conta os desfasamentos do processo do processo concursal que terá a ver com a natureza complexa do mesmo. Que, o processo foi revisto, em termos de projetos apresentados no final do ano passado, continha bastantes erros, que foi lançado o procedimento, com muitos erros e omissões quando o concurso foi aberto. Que, responderam a todos eles, inclusivamente para além do prazo de resposta, porque entenderam sempre que será importante verificar se efetivamente será um erro ou não, para se poder responder se for o caso, nos termos da Lei. Que, foram apreciados muito para além do prazo, e que agora com a proposta de adjudicação, que para poder ser assinado o contrato para visto do Tribunal de Contas, e que necessita que o ponto seja aprovado em Assembleia porque se não for aprovado, não poderá ter seguimento. Que, o prazo de dezoito meses não irá terminar dentro do prazo contratualizado com a Estrutura de “Missão Recuperar Portugal”. Que têm essa noção, que só agora têm uma proposta para adjudicar, com formalidades administrativas de levar a visto do Tribunal de Contas, esperar que seja visado com alguma rapidez. Que, será um processo bastante complicado, mas que em termos de reclamações dos candidatos, que foram reclamações muito simples, que não tiveram como objeto, algum erro do processo, que tivesse sido manifestado, e que se irá ver se o Tribunal de Contas terá o mesmo tipo de opinião. Que, têm uma série esperança, porque têm conversas com a Estrutura de Missão, de que irá ser prorrogado o prazo, mas que não sendo uma garantia, será uma possibilidade. Que, se não for, terão de agilizar o processo, dentro do possível, e que já têm uma proposta de adjudicação e que a sessão foi extraordinária, precisamente, para agilizar o processo – assinatura do contrato, ver se o TC não demora muito, e depois será assinar o Plano de Consignação e iniciam-se os dezoito meses e que acreditam que ainda se iniciam no corrente ano. Respondeu à Dra. Tânia Gandaio, que o TC é uma entidade que surpreende constantemente em processos que acham que serão fáceis acabam por demorar e ter uma complexidade e ter reviravoltas e em processos que aparentam ser difíceis são visados às vezes tacitamente. Que, espera que o prazo de resposta do Tribunal de Contas se concretize! Que, a aprovação também muito a ver com a necessidade do visto do Tribunal de Contas. Que, se o processo chega ao TC com a repartição de encargos que consta atualmente e que foi aprovada na última Assembleia do Orçamento, não serão cinco milhões em 2024 e cinco milhões em 2025, claramente não seria visado, porque se encontram uma série de normas financeiras violadas e que não se irá ter a execução de cinco milhões. Que, terá de haver uma adequação à realidade e que isso, será comprovado ao Tribunal de Contas para eles visarem. Que essa, será a realidade possível, e perfeitamente aceitável, ou seja, que o Tribunal irá ver que se estará a prever um mês para essa situação, e que isso, poderá não ser possível – que terão ali alguma responsabilidade e que à partida, não lhe parece que será problema! **Interveio o Senhor**

*Deputado Vasco Sousa, que questionou a Dra. Helena Pola sobre qual seria o pior cenário em termos financeiros para a Câmara, no caso de alguma coisa correr mal?*  
**Respondeu a Dra. Helena Pola,** que o pior cenário seria, eles não pagarem as faturas que a Câmara entregará, depois do contrato ter expirado. Que da parte da Câmara, terá de haver o procedimento que virá a seguir da fiscalização da obra – para que a obra vá resvalar o menos possível, no tempo, havendo um controle muito apurado, em que a empresa de fiscalização irá estar muito “em cima” da obra, e irá fazer com que a mesma tenha a execução que será prevista e que depois à medida que se irão enviar as faturas, elas serão pagas, as que correspondem aos autos de medição. Que, se chegará a setembro ou será prorrogado o prazo ou que a partir daí já não aceitarão mais faturas, sendo esse o pior cenário. Que serão pagas sempre pelo Município que será o adjudicatário da obra.

*Aprovada por unanimidade. -----*

*2. Compromissos plurianuais: Prestação de serviços de Fiscalização da Empreitada “Funicular da Nazaré (Pederneira)” (Apreciação e votação)*

*- Usou da palavra o Senhor Deputado Samuel Fialho, que cumprimentou todos: -----*

*“Se no ponto anterior manifestámos a nossa preocupação quanto ao cumprimento dos prazos para finalização da obra a que este ponto respeita, exatamente também ao Funicular, aqui se vê que a nossa preocupação tem razão de ser porque poderia acontecer maior atraso na obra por incumprimento das normas básicas sobre os compromissos plurianuais se o mesmo não tivesse sido alertado na reunião do executivo municipal, tendo em conta a sujeição do procedimento à análise do Tribunal de Contas. Bem andou, aqui também, o nosso Grupo de Trabalho que detetou a falha e o vereador da CDU na câmara municipal, ao alertar para o erro no momento certo a fim de se corrigir o procedimento e se evitarem mais atrasos. Na verdade, só por este facto estamos aqui hoje reunidos. Quanto ao ponto em si, na nossa humilde análise, ele hoje não tem nada que nos possa levar a votá-lo negativamente. Ainda assim, importa registar nesta nossa intervenção, para os mais desatentos, que no Grupo de Trabalho da CDU temos como lema a defesa do interesse público em primeiro lugar. Depois vem o combate às políticas e àquilo que, na nossa ótica, interfere ou pode interferir negativamente na vida das pessoas e das comunidades. Estas são as nossas posições de base para o trabalho e a luta política que desenvolvemos no dia-a-dia na nossa terra. Nesse sentido, as intervenções dos nossos eleitos terão de ser sempre vistas à luz do que referimos antes e não com outras interpretações. Não precisamos, nem aceitamos, os efeitos colaterais que se tentem criar nos órgãos autárquicos na tentativa de levar o confronto político das nossas intervenções para patamares que não são de todo os ali colocados, como provam abundantes participações efetuadas em defesa das causas e dos valores que defendemos, tanto nas reuniões de câmara como na assembleia municipal ou freguesias onde temos eleitos, e que se encontram devidamente registadas, pois são preparadas antes. Cabe então aqui registarmos também uma palavra de apreço em defesa daqueles que têm a responsabilidade de produzir trabalho e de assessorar os políticos que governam, - os*

trabalhadores das autarquias. Se os responsáveis políticos deste município fizessem o que os eleitos da CDU fazem, mesmo sem terem funções executivas atribuídas, dariam, por certo, pelas falhas - que são absolutamente normais em quem produz trabalho -, antes das mesmas serem colocadas publicamente nas reuniões de câmara pela CDU. Como não o fazem, apenas resta à CDU impedir que essas falhas se transformem em verdadeiros problemas para a gestão municipal e para toda a população que suporta, com as suas contribuições fiscais, as finanças do município. Em primeira e última análise, só se podem acercar responsabilidades políticas, pelas várias falhas detetadas ao longo do mandato pela CDU, ao executivo do PS que governa este município. Os lapsos de ordem técnica têm de ser assumidos politicamente pelos responsáveis autárquicos. Pois quando a estrutura técnica acerta, e acerta mais do que falha, quem colhe os louros desse trabalho são os políticos. E muitas das falhas detetadas, eventualmente resultam, de uma pressão desmesurada para dar cumprimento a projetos maioritariamente desconexos e orientações políticas que se têm revelado desastrosas para o município, tal como provam os vários indicadores, e a nossa vida coletiva a cada dia que passa! Se é certo que nenhum trabalho é fácil, também é muito certo que, por muito que se tente, nenhum está isento de possíveis falhas acontecerem, como foi o caso do que aqui nos trouxe. Não será esta falha que nos preocupa sobremaneira porque sabemos que também nós falhamos por vezes. O que nos preocupa é algo que não depende exclusivamente dos trabalhadores, pois não são eles que definem as políticas a implementar. Posto isto, registamos que todos os trabalhadores da autarquia nos mereceram sempre o maior respeito e gratidão pelo trabalho desenvolvido com os meios disponíveis. Resolver os problemas e seguir em frente é a vossa obrigação para com todos os munícipes. Continuem sempre a melhorar. Estaremos sempre ao vosso lado, mesmo quando vos quiserem fazer crer que não. Nazaré, 05 de novembro de 2024, O Grupo Municipal da CDU na Assembleia Municipal da Nazaré". -----

- Usou da palavra o Senhor Vice-Presidente para prestar esclarecimentos: que o deputado da CDU, na sua intervenção, começou por dizer que a CDU, defende os interesses públicos, primeiramente, e só depois o combate, sendo uma palavra que até aprecia, e que no caso da CDU, se aplica, como uma luva! Que, forma tão subtil de dizer que, os funcionários falham! Que, são falhas e que teriam de monitorizar essas falhas! Que, de 2013 até à corrente, se mantém o mesmo número de vereadores, com muitos mais funcionários e que não poderão exigir um ilegível, a um eleito. Que, se quiserem passar um dia comigo, venham ver o que será trabalhar! Que, não faz só visualização de documentos, em áreas que não estarão na sua jurisdição. Que, não peçam para ver as minhas áreas e a dos outros membros do executivo! Que, se lhe é pedido para ser fiscal daquilo que será a atividade Municipal, não conseguirá fazê-lo. Que, quando assina um documento, que acredita naquilo que estará a ser exposto. Que erros, todos cometem! Mas imputar responsabilidades ao executivo e que deveriam fiscalizar o trabalho dos técnicos, considera um pouco exagerado! -----

Aprovado por unanimidade. -----

***APROVAÇÃO DA MINUTA DA ACTA OU DE PARTES DA MESMA, SE A ASSEMBLEIA ASSIM O DETERMINAR.***

*Após leitura, foi aprovada, por unanimidade. -----*

*Por nada mais haver a tratar, sendo vinte e uma hora e vinte e oito minutos, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia deu os trabalhos por encerrados de que, para constar, se lavrou a presente Minuta de Ata, assinada pelo Senhor Presidente da Assembleia, e por mim, Ana Paula de Sousa Veloso, Técnica Superior, que a redigi e subscrevi. -----*

\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
